

CONGRESSO

IOF, vetos e tensão

Câmara vota urgência de PDL que susta decreto do Imposto sobre Operações Financeiras. CPI do INSS também está em pauta. Governo e oposição divergem sobre estratégia fiscal e isenção de fundos

» EDUARDA ESPOSITO

A Câmara dos Deputados vota hoje o regime de urgência do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) para sustar o novo decreto do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Além do IOF, haverá a sessão do Congresso Nacional, amanhã, que pode ser longa devido aos 64 vetos presidenciais a serem apreciados e, parte deles, estarem sem acordo — tanto para manutenção, quanto para derrubada.

Ocorrerá, ainda nesta sessão, a leitura do requerimento de abertura da Comissão Parlamentar de Inquérito Mista (CPMI) sobre os descontos ilegais de pensões e aposentadorias do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), pelo presidente do Congresso, o senador Davi Alcolumbre (União-AP).

Os líderes partidários dizem que a aprovação para votação da urgência em plenário é um “recado” ao governo federal sobre as últimas medidas econômicas. Tanto a oposição quanto

partidos de centro não gostaram da estratégia do ministério da Fazenda, Fernando Haddad, de utilizar o IOF como imposto arrecadatório. O líder da oposição, deputado Luciano Zucco (PL-RS), autor do PDL, está otimista pela aprovação. “A expectativa é extremamente positiva. O número de deputados, de diferentes partidos, que buscaram nosso gabinete para subscrever o pedido de urgência mostra a força desse movimento”, disse.

“O Brasil não aguenta mais aumentos de impostos. O Congresso precisa, sim, dar uma resposta à altura a esse Executivo que insiste em jogar a conta do descontrolado fiscal nas costas da população. A aprovação da urgência será um passo fundamental para barrar mais um retrocesso. E esperamos já votar o mérito na terça-feira”, enfatizou.

Pelo lado da situação, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PT-AP), acredita que o novo decreto da equipe econômica atende aos pedidos dos parlamentares. “O decreto do governo foi

Ed Alves CB/DA Press



Zucco: oposição está otimista pela aprovação do decreto legislativo que susta aumento do IOF, o Imposto sobre Operações Financeiras



O governo entende a posição adotada por parte da Câmara, mas nós vamos buscar votos para a manutenção do decreto"

Randolfe Rodrigues, senador

totalmente sensível a todas as argumentações do Congresso, sobretudo da Câmara de Deputados. Do original, não resta nem 20%. O que ficou é algo que se reporta só a operações do mercado financeiro. Não é aceitável que a maioria dos brasileiros pague tributos e uma parcela pequena, os multimilionários, não pague”, disse na semana passada.

O senador enfatizou que, mesmo com as manifestações favoráveis à aprovação da urgência do PDL, a base vai continuar buscando apoio para manter a medida. “O governo entende a posição adotada por parte da Câmara, mas nós vamos buscar votos para a manutenção do decreto, porque o que sobrou já é resultado de um conjunto de diálogos

que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e o governo tiveram tanto com a Câmara quanto com o Senado”, declarou.

Sobre os vetos a serem apreciados na sessão do Congresso Nacional, nem tudo foi acordado. O líder da minoria, deputado Giacombo (PL-PR), disse ao **Correio** que ainda hoje haverá uma reunião na parte da tarde para dar seguimento às tratativas. Entretanto, o item 07.25.001 do veto nº 7 de 2025, que trata sobre a isenção dos fundos de investimento, ainda não está pacificado. Esse veto estava sendo negociado entre a Fazenda e as frentes parlamentares ligadas ao fundos, como a Frente Parlamentar do Empreendedorismo (FPE).

O presidente da FPE, o

deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), disse que o veto será derrubado amanhã. “Fiz uma sugestão de tirar o veto de pauta, mas se ele for pautado, iremos derrubar. O governo não tem maioria no Congresso”, disse. Passarinho afirma que o texto construído em conjunto com a Fazenda foi aprovado pelas frentes e falta só a definição da tramitação nas Casas. O governo quer manter o veto e enviar o PL depois, mas as frentes não aceitam e querem votar o texto, com urgência. O líder do governo afirma que resolverá o que der até a sessão. “O que a gente conseguir construir de um bom acordo, muito bem. O que não conseguirmos, nós vamos para a apreciação de votos”, afirmou.

Informe Publicitário

PARE! O BRASIL NÃO PODE EXPORTAR IMPOSTOS E EMPREGOS 🖐️

A possibilidade de cobrança do Imposto Seletivo (IS) sobre a exportação de bens minerais é um retrocesso que ameaça a atração de investimentos e a geração de empregos.

Não é apenas inconstitucional, mas um grave erro estratégico!

A Constituição Federal prevê claramente que o IS não incidirá sobre exportações. O princípio do destino rege a tributação do consumo no Brasil e no mundo, garantindo que tributos sobre o consumo incidam apenas sobre bens e serviços consumidos no país, e não na exportação.

Essa cobrança vai contra tudo o que precisamos para crescer!

A possível cobrança de IS sobre bens minerais extraídos tornará o Brasil menos competitivo no mercado global, beneficiando diretamente, portanto, os concorrentes do país em mineração em larga escala e produção de petróleo, com a transferência de negócios para essas nações no valor de bilhões de dólares anuais.

A tributação na exportação de bens minerais extraídos prejudicará os investimentos na exploração de petróleo e colocará em risco a segurança energética nacional, a arrecadação futura e a atratividade dos ativos brasileiros. Igualmente, não faz sentido desestimular a exportação do minério de ferro, que serve de insumo essencial para diversos equipamentos estratégicos para a transição energética.

DIGA “NÃO” À EXPORTAÇÃO DE TRIBUTOS E EMPREGOS!

A decisão está nas mãos dos nossos parlamentares. É hora de derrubar o veto presidencial à isenção do Imposto Seletivo sobre exportações de bens minerais.

Senhoras e senhores Deputados e Senadores, a pauta da competitividade nacional, da geração de renda e de milhares de empregos está em suas mãos! O petróleo e o minério de ferro são pilares das nossas exportações e do superávit na balança comercial. Por isso, CONTRA A EXPORTAÇÃO DE TRIBUTOS, as entidades signatárias do manifesto solicitam o apoio dos parlamentares para que o veto nº 7/25 (Item 07.25.023) seja derrubado.

LEIA A ÍNTEGRA DO MANIFESTO:



ABESPetro
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE BENS E SERVIÇOS DE PETRÓLEO

ABPIP
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PETRÓLEO E GÁS

abrasca

FIEMG

FIIPA Federação das Indústrias do Estado do Pará

FINDES

Firjan SENAI SESI IEL CIRJ

ibp INSTITUTO BRASILEIRO DE PETRÓLEO E GÁS

IBRAM MINERAÇÃO DO BRASIL

INSTITUTO LIVRE MERCADO

INTE Instituto Brasileiro de Transição Energética

ompetro